



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE  
Praça dos Três Poderes, nº 01  
Bairro Centro, Campo Verde – MT  
CEP 78.840-000. Tel. (66) 3419-1310



**INDICAÇÃO Nº09/2026.**

**INDICA AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A NECESSIDADE DE ADOTAR MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E LEGISLATIVAS VISANDO À REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE SEJA RESPONSÁVEL LEGAL E CUIDADOR DIRETO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA, SEM PREJUÍZO DE SEUS DIREITOS SALARIAIS, EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 41/2025.**

Fundamentado nos termos do Regimento Interno deste Poder Legislativo Municipal, requeremos à Mesa, ouvido o Soberano Plenário seja enviado cópia deste expediente ao Senhor Alexandre Lopes de Oliveira, Excelentíssimo Prefeito Municipal de Campo Verde.

SALA DAS SESSÕES;  
Em 02 de fevereiro de 2026.

**ROSANGELA APª. C. DE SOUZA**  
Vereadora

**CLÊNIO JOSÉ DOS REIS**  
Vereador

**GEDIEL CANDIDO DA SILVA**  
Vereador

**JUSTIFICATIVA:**

Como é do conhecimento de nossos Ilustres Pares, representamos neste Parlamento Municipal a necessidade de adotar medidas administrativas e legislativas visando à redução da carga horária de trabalho do Servidor Público Municipal que seja responsável legal e Cuidador Direto de Pessoa com Deficiência, sem prejuízo de seus direitos salariais, em conformidade com a Lei Complementar Estadual nº 41/2025.

A presente indicação tem como finalidade assegurar melhores condições de cuidado, acompanhamento e qualidade de vida às pessoas com deficiência, bem como garantir



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE  
Praça dos Três Poderes, nº 01  
Bairro Centro, Campo Verde – MT  
CEP 78.840-000. Tel. (66) 3419-1310



dignidade e proteção social aos servidores públicos que exercem, cumulativamente, suas funções laborais e a responsabilidade direta pelo cuidado de seus dependentes.

É notório que pessoas com deficiência demandam atenção contínua, acompanhamento em tratamentos de saúde, terapias especializadas e apoio permanente, o que torna extremamente onerosa a rotina de seus cuidadores, especialmente quando estes são servidores Públicos sujeitos a jornadas rígidas de trabalho.

A adequação da carga horária, sem prejuízo salarial, representa medida de justiça social, alinhada aos princípios da dignidade da pessoa humana, da inclusão, da proteção à pessoa com deficiência e da valorização do servidor público, além de estar em consonância com a legislação já vigente.

Por ser uma propositura de vital importância, esperamos contar com o unânime apoio dos Edis e o pronto atendimento pelo Prefeito Municipal.